

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA E ECOINNOVAÇÃO: DIMENSÕES PEDAGÓGICAS PARA A SUSTENTABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

UNIVERSITY SOCIAL RESPONSIBILITY AND ECOINNOVATION: PEDAGOGICAL
DIMENSIONS FOR SUSTAINABILITY IN HIGHER EDUCATION

RESPONSABILIDAD SOCIAL UNIVERSITARIA Y ECOINNOVACIÓN: DIMENSIONES
PEDAGÓGICAS PARA LA SOSTENIBILIDAD EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Valtuir Soares Filho¹
Marli Terezinha Vieira²
Kleber Abreu Sousa³

RESUMO: A Responsabilidade Social Universitária (RSU) tem sido tratada na literatura como uma política de gestão ética voltada à mitigação dos impactos institucionais. Este artigo propõe deslocar o eixo dessa discussão: em vez de tomar a RSU apenas como instrumento gerencial, defende-se que ela constitui uma inovação pedagógica e sistêmica, capaz de reconfigurar os processos formativos na Educação Superior. Por meio de uma pesquisa bibliográfica em sentido estrito (Minayo, 2009), qualitativa e interpretativa, o percurso metodológico incorporou a Inteligência Artificial Generativa (IAG) como ferramenta de apoio às leituras seletiva e analítica e à codificação temática. O texto reconstrói a trajetória da RSU, articula a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão à luz da curricularização da extensão e estabelece uma triangulação teórica com a ecoinovação e a destruição criativa schumpeteriana. Conecta-se, ainda, essa dinâmica aos instrumentos de avaliação do SINAES/INEP e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ODS). Conclui-se que, ao se integrar aos currículos e às práticas docentes, a RSU deixa de ser um discurso declarativo e passa a operar como inovação no modo de ensinar, pesquisar e formar cidadãos para desafios socioambientais reais.

Palavras-chave: Ecoinovação. Curricularização da Extensão. Avaliação da Educação Superior.

¹Pós-doutorando no Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (ProfNIT). Universidade Federal do Tocantins (UFT).

²Profª no Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (ProfNIT). Universidade Federal do Tocantins (UFT).

³Profº no Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (ProfNIT). Universidade Federal do Tocantins (UFT).

ABSTRACT: University Social Responsibility (USR) has been largely addressed in the literature as an ethical management policy focused on mitigating institutional impacts. This article proposes shifting the axis of this discussion: rather than treating USR merely as a managerial tool, it argues that USR constitutes a pedagogical and systemic innovation capable of reconfiguring formative processes in Higher Education. Through a strict qualitative and interpretive bibliographic research (Minayo, 2009), the methodological pathway incorporated Generative AI as a supporting tool for selective and analytical reading, as well as thematic coding. The text reconstructs the trajectory of USR, articulates the inseparability of teaching, research, and outreach in light of the curricularization of outreach, and establishes a theoretical triangulation with ecoinnovation and Schumpeterian creative destruction. Furthermore, it connects this dynamic to the evaluation instruments of SINAES/INEP and the Sustainable Development Goals (SDGs). It concludes that when integrated into curricula and teaching practices, USR ceases to be a declarative discourse and functions as an innovation in the way of teaching, researching, and educating citizens for real socio-environmental challenges.

Keywords: Ecoinnovation. Curricularization of Outreach. Higher Education Evaluation.

RESUMEN: La Responsabilidad Social Universitaria (RSU) ha sido tratada habitualmente en la literatura como una política de gestión ética orientada a mitigar los impactos institucionales. Este artículo propone desplazar el eje de esa discusión: en lugar de considerar la RSU solo como un instrumento gerencial, se defiende que ella constituye una innovación pedagógica y sistémica, capaz de reconfigurar los procesos formativos en la Educación Superior. Mediante una investigación bibliográfica en sentido estricto (Minayo, 2009), cualitativa e interpretativa, el recorrido metodológico incorporó la Inteligencia Artificial Generativa como herramienta de apoyo a las lecturas selectiva y analítica, así como a la codificación temática. El texto reconstruye la trayectoria de la RSU, articula la indisociabilidad entre enseñanza, investigación y extensión a la luz de la curricularización de la extensión y establece una triangulación teórica con la ecoinnovación y la destrucción creativa schumpeteriana. Además, conecta esta dinámica con los instrumentos de evaluación del SINAES/INEP y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Se concluye que, al integrarse en los currículos y en las prácticas docentes, la RSU deja de ser un discurso declarativo y pasa a operar como una innovación en la manera de enseñar, investigar y formar ciudadanos para desafíos socioambientales reales.

Palabras clave: Ecoinnovación. Curricularización de la Extensión. Evaluación de la Educación Superior.

INTRODUÇÃO

A expressão Responsabilidade Social Universitária (RSU) tem se consolidado, nas últimas duas décadas, como um campo de estudos e de gestão que busca traduzir, para o universo acadêmico, os princípios da responsabilidade social amplamente discutidos no âmbito empresarial. Não se trata, contudo, de um simples transplante conceitual. A universidade, como instituição produtora e socializadora de saber, possui impactos distintos daqueles gerados por

uma organização empresarial, o que exige um arcabouço teórico próprio para compreender sua responsabilidade perante a sociedade (Vallaey, 2018).

Este artigo parte de uma constatação: a literatura sobre RSU, em sua maioria, a descreve prioritariamente como uma política de gestão institucional, associada a processos de autodiagnóstico, indicadores e relatórios de sustentabilidade (Kiszner, 2018; Vallaey *et al.*, 2018). Menos frequente, contudo, é a discussão sobre o que a RSU representa para os processos pedagógicos e de aprendizagem, isto é, sobre a sua dimensão propriamente didático-formativa. É esse o problema central que este estudo busca endereçar: em que medida a RSU pode ser compreendida não apenas como uma estratégia de gestão, mas como uma inovação pedagógica e sistêmica, capaz de reconfigurar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES)?

Para responder a essa questão, defende-se que a RSU ganha densidade prática quando triangulada com o conceito de ecoinovação e com os aportes da destruição criativa schumpeteriana (Schumpeter, 1988; Foxon; Andersen, 2009). Sob essa perspectiva, a inovação acadêmica rompe com modelos meramente expositivos e compartimentados para adotar abordagens alinhadas às demandas socioambientais contemporâneas. Além disso, a investigação dialoga com as diretrizes regulatórias e de avaliação da educação superior brasileira, destacando-se a curricularização da extensão (Resolução CNE/CES nº 7/2018) e os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/INEP/MEC), demonstrando como o compromisso ético e ambiental se traduz em exigência pedagógica e em indicador de excelência acadêmica.

Do ponto de vista operacional e metodológico, este trabalho fundamenta-se nos aportes de Minayo (2009) para a condução de uma pesquisa bibliográfica em sentido estrito, de natureza qualitativa e interpretativa. Como diferencial do percurso investigativo, incorporou-se o uso de ferramentas de IAG no apoio às etapas de leitura seletiva, analítica e codificação temática, auxiliando no mapeamento das interseções entre RSU, ecoinovação e processos formativos.

O artigo está estruturado em seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, resgata-se o percurso conceitual da RSU a partir do campo amplo da RS. Na segunda, abordam-se os modelos e redes latino-americanas que impulsionaram a RSU como política de gestão. Na terceira, desenvolve-se o argumento da RSU como inovação pedagógica, destacando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a formação para a cidadania.

Na quarta, analisam-se os desafios e perspectivas no contexto brasileiro. Por fim, na quinta seção, apresenta-se a triangulação teórica entre RSU e ecoinovação na educação superior, evidenciando suas conexões com a avaliação do SINAES/INEP e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

MÉTODOS

Esta investigação se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com cunho exploratório e interpretativo. Longe de se restringir a uma revisão de literatura convencional, que costuma apenas mapear e compilar produções anteriores, o estudo se estrutura como uma pesquisa bibliográfica em sentido estrito: toma como ponto de partida uma questão central (a RSU como inovação pedagógica) e mobiliza um método próprio para formular novas conexões teóricas. O percurso metodológico rompe com pressupostos positivistas de neutralidade, assumindo que a subjetividade e a escolha do marco teórico são partes integrantes da construção do conhecimento.

A investigação adotou um protocolo em três momentos encadeados, fundamentados nos aportes de Minayo (2009). Na fase exploratória, delimitou-se o problema e o corpus de análise. Em vez de uma busca exaustiva, optou-se por autores de referência no debate sobre RSU (como François Vallaëys) e Inovação (como Joseph Schumpeter e as diretrizes do Manual de Oslo, SINAES/INEP), recorrendo à leitura exploratória de resumos e trechos para verificar a aderência das obras ao tema.

Em seguida, na etapa de sistematização, incorporou-se a IA Generativa como ferramenta de apoio às leituras seletiva e analítica. A tecnologia auxiliou na organização das fontes, na codificação temática de ecoinovação e RSU (em eixos educativo, cognitivo, social e organizacional) e na identificação de lacunas na literatura. Por fim, na análise do material, realizou-se a leitura interpretativa, articulando as fontes pesquisadas com a fundamentação do projeto. Com base na perspectiva de Minayo (2009) e em uma leitura crítica dos textos, buscou-se compreender o sentido pretendido pelos autores. Esse movimento permitiu concluir que a RSU, quando integrada aos currículos, atua como uma inovação pedagógica e sistêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Da responsabilidade social à responsabilidade social universitária: percurso conceitual

A Responsabilidade Social (RS), segundo a International Organization for Standardization - ISO (2021), consiste na responsabilidade de uma organização pelos impactos que suas decisões e atividades causam à sociedade e ao meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, considere as expectativas de seus stakeholders, cumpra a legislação vigente e esteja integrado a toda a organização. Trata-se, como sublinham Vallaey e Rodríguez (2019), de um princípio que não pode ser tratado como capítulo isolado da atuação institucional, mas que deve perpassar toda a estrutura, os processos e os relacionamentos da organização.

A Responsabilidade Social se estende às organizações públicas, privadas e não governamentais, alcançando também as IES, públicas e privadas (Vallaey; Cruz; Sassia, 2009; Chen; Vanclay, 2020). É desse alcance que emerge um segmento específico de intervenção na sociedade contemporânea: a RSU. As IES, embora sujeitas às mesmas oportunidades e ameaças externas que as demais organizações, distinguem-se por serem espaços de produção e socialização do saber, o que as convoca não apenas a mitigar os impactos de sua operação, mas também a propor soluções para os problemas cotidianos da sociedade (Gomez, 2014; Ramos-Monge; Llinàs-Audet; Barrena-Martínez, 2019; Adel; Zeinhom; Younis, 2021).

Vallaey (2018) situa a RSU no centro da possibilidade de diálogo entre a IES e a sociedade, afastando-a de duas interpretações reducionistas: a de que ela serviria para atender ao mercado e a de que se resumiria a uma vitrine de filantropia institucional. A RSU representaria, nessa leitura, a função pública da educação superior, que não se limita à capacitação técnica de profissionais para as empresas, mas agrega pertinência social ao responder às demandas da sociedade (Dias Sobrinho, 2008; Calderón; Pedro; Vargas, 2011; Martí-Noguera; Calderón; Fernández-Godenzi, 2018).

Do ponto de vista analítico, a RSU pode ser definida como a gestão e o controle dos impactos causados pela universidade, considerando as expectativas dos grupos de interesse (Chicharro; Carrillo; Rosa, 2015). Vallaey (2018) propõe uma sistematização amplamente utilizada na literatura: os impactos da universidade seriam de quatro ordens - educativos, decorrentes da formação acadêmica; cognitivos, provocados pela investigação e pesquisa;

sociais, emanados das ações de extensão; e organizacionais, traduzidos na forma de gestão institucional. Colocar em prática essa política significa articular um conjunto de princípios e valores por meio de quatro processos-chave: gestão, docência, pesquisa e extensão universitária, respondendo, dessa forma, perante a comunidade acadêmica e o país em que a instituição está inserida.

Nem todos os autores concordam, contudo, com a amplitude dessa responsabilização. Durham (2009) argumenta que a solução de problemas sociais, como a desigualdade e a injustiça, não seria atribuição exclusiva da universidade, mas do sistema educacional como um todo. Há, ainda, o risco de reduzir a RSU à execução de projetos e iniciativas sociais pontuais, o que a transformaria, aos olhos da gestão universitária, em mera despesa de tempo, dinheiro e recursos. Contra essa leitura restritiva, Adel, Zeinhom e Younis (2021) defendem que a RSU, sob a perspectiva da inovação social, permite às universidades deixarem de ser apenas socialmente responsáveis para se tornarem socialmente inovadoras, apresentando soluções para desafios sociais, econômicos, culturais e ambientais por meio de processos, produtos, programas e pesquisas inovadores. Belayutham (2019) reforça esse argumento ao destacar que a RSU contribui para preparar os estudantes a pensar na resolução de problemas do mundo real, aumentando sua empregabilidade e formando inovadores e empreendedores sociais.

6

Também contribuíram para a consolidação do conceito marcos normativos internacionais, como as normas ISO 9001 e ISO 26000, que ajudaram a estabelecer parâmetros de qualidade e de responsabilidade social nas IES (Yeung, 2018), e o Processo de Bolonha, na Europa, que, embora inicialmente orientado pela mercantilização do ensino superior, incorporou progressivamente a dimensão social das instituições (Meseguer-Sánchez *et al.*, 2020). No plano global, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e, sobretudo, os ODS da Agenda 2030 - em especial o ODS 4, voltado à educação inclusiva, equitativa e de qualidade - têm igualmente ampliado a prática da RSU nas instituições.

RSU na América Latina: modelos, redes e institucionalização

Ainda que a Responsabilidade Social aplicada às IES tenha raízes em marcos internacionais, foi na América Latina que a RSU se consolidou como campo próprio de gestão e de pesquisa, a partir da ideia de redefinir a função social da universidade diante dos desafios éticos da globalização (Vallaeys; Álvarez Rodríguez, 2019). Diferentemente da abordagem

predominante na América do Norte e na Europa - centrada, sobretudo, na dimensão ambiental e no conceito de campus sustentável -, o debate latino-americano deu maior ênfase aos processos formativos, cognitivos e epistemológicos da universidade (Vallaey, 2014; Martí-Noguera; Puerta-Lopera; Rojas-Román, 2017).

O movimento se organizou por meio de redes e iniciativas que, ao longo de quase duas décadas, difundiram a política de RSU nas universidades da região: a rede chilena Universidad Construye País, a Iniciativa Interamericana de Ética, Capital Social e Desenvolvimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, mais recentemente, a Unión de Responsabilidad Social Universitaria Latinoamericana (URSULA) (URSULA), que reúne cerca de 185 instituições de ensino superior. A Asociación de Universidades Confiadas a la Compañía de Jesús en América Latina (AUSJAL) (AUSJAL), constituída ainda na década de 1980, é apontada como a primeira iniciativa a colocar em discussão, de forma sistemática, os valores da RSU nas IES (Vallaey; Álvarez Rodríguez, 2019).

Essas experiências compartilham um mesmo horizonte: a integração do compromisso social a todos os processos administrativos e acadêmicos das instituições, cobrindo os quatro processos fundamentais de gestão, ensino, pesquisa e extensão, com a intenção declarada de produzir mudanças efetivas na gestão universitária, e não apenas discursos e boas intenções (URSULA, 2019). O modelo URSULA, em particular, propõe que a gestão do impacto universitário se organize a partir de quatro princípios: transversalidade, integralidade, sinergia e prestação de contas.

A pluralidade de definições construídas por essas redes - sintetizadas, entre outras, pela Universidad Construye (2006), pela AUSJAL (2007), pela Asociación de Universidades de Colombia (ASCUN, 2007) e pelo próprio Vallaey (2015) - evidencia que a RSU não se reduz a um conceito único, mas configura, como sugere Dahlsrud (2008) a propósito da responsabilidade social em geral, uma construção social, variável conforme o grau de maturidade das práticas universitárias e as peculiaridades de cada país. Vallaey (2020) propõe uma formulação que sintetiza esse esforço coletivo: a RSU seria a responsabilidade da universidade pelos impactos que gera, por meio da gestão ética e eficiente de seus processos e funções substantivas, de modo a participar, junto a outros atores do seu território de influência, da promoção de um desenvolvimento humano justo e sustentável: um produto, portanto, da construção coletiva da interação universidade-sociedade-universidade.

No Brasil, o termo convive com a expressão Responsabilidade Social do Ensino Superior (RSES), utilizada por autores como Dias Sobrinho (2008), Calderón, Pedro e Vargas (2011) e Menegat, Marco e Sarmiento (2021), sobretudo quando se busca associar a discussão ao processo de institucionalização do mercado de educação superior privado, no qual a responsabilidade social passou a ser incorporada também como estratégia de diferenciação mercadológica e como uma das dez dimensões do processo de autoavaliação institucional previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A revisão sistemática conduzida por Lavor Filho *et al.* (2021) sobre a produção científica brasileira da última década indica que, no país, a RSU permanece um conceito polissêmico e fragmentado, fortemente associado às políticas de extensão universitária e, em menor medida, incorporado de modo transversal à gestão, ao ensino e à pesquisa.

Da responsabilidade à inovação: RSU como inovação pedagógica

É nesse ponto que este artigo pretende deslocar o debate. Se a RSU, tal como descrita pela literatura revisada nas seções anteriores, é majoritariamente tratada como política de gestão autodiagnóstico, indicadores, relatórios de responsabilidade social, defende-se aqui que sua efetivação depende, em última instância, de uma transformação de natureza pedagógica: a

8

A sistematização de Vallaeys (2016; 2018) já indicava esse caminho, ao associar cada tipo de impacto universitário a um processo substantivo distinto: os impactos educativos à formação acadêmica, os cognitivos à pesquisa, os sociais à extensão e os organizacionais à gestão. Tratar esses quatro processos de forma integrada e transversal e não como compartimentos estanques - é o que distingue uma RSU efetiva de uma RSU meramente declarativa (Kiszner, 2018; Vallaeys *et al.*, 2018; Mahdi; Nassar; Almsafir, 2019).

Essa integração é, em si, uma proposição pedagógica: supõe repensar o desenho curricular, os métodos de ensino e os critérios de avaliação da aprendizagem a partir do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, historicamente reconhecido no ensino superior brasileiro, mas nem sempre efetivado na prática docente cotidiana. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORPROEX) (FORPROEX) defende, nesse sentido, a curricularização da extensão: processo de inclusão de atividades extensionistas no currículo dos cursos, com o objetivo de promover a formação

integral dos estudantes para sua atuação profissional e a transformação social (MEC, 2018). Trata-se de um movimento normativo (a Resolução CNE/CES nº 7/2018 estabelece o piso mínimo de 10% da carga horária curricular para atividades de extensão nos cursos de graduação) que converte um princípio de gestão social em exigência pedagógica concreta, capaz de alterar o modo como as disciplinas são planejadas e como os estudantes vivenciam sua formação.

Ao revisar a produção acadêmica brasileira sobre o tema, Lavor Filho *et al.* (2021) constataram que projetos de ensino, pesquisa e extensão de caráter inter e transdisciplinar apresentam forte contribuição para a consolidação da qualidade do ensino e da RSU, o que reforça a hipótese central deste artigo: quando a RSU é internalizada na sala de aula - e não apenas nos relatórios institucionais -, ela se torna um vetor de inovação didático-pedagógica, ao exigir metodologias ativas, aprendizagem baseada em problemas reais da comunidade e avaliação orientada por competências socioambientais, e não apenas por conteúdos disciplinares.

Belayutham (2019), ao discutir iniciativas universitárias voltadas à habitação de baixo custo, demonstra como a RSU, operacionalizada por meio de projetos de extensão vinculados ao currículo, cumpre dupla função: gera inovação social para a comunidade e, simultaneamente, desenvolve nos estudantes competências de resolução de problemas do mundo real, o que amplia sua empregabilidade e sua capacidade empreendedora. Esse duplo movimento; inovação para fora e formação para dentro é o que caracteriza a RSU como inovação pedagógica: ela não separa o compromisso social da universidade de sua função formativa, mas os articula em um único processo de aprendizagem situada.

Gasparin *et al.* (2021), embora tratando de modelos de negócio para a inovação social em sentido amplo, oferecem uma chave de leitura pertinente para as IES: a RSU pode ser compreendida como estratégia de diferenciação institucional que permite às universidades deixarem de ser apenas socialmente responsáveis para se tornarem socialmente inovadoras, apresentando soluções para desafios sociais, econômicos, culturais e ambientais por meio de processos, produtos, programas e pesquisas inovadores. Transposta para o campo pedagógico, essa leitura sugere que a inovação não está apenas nos produtos ou serviços gerados pela extensão, mas nos próprios métodos de ensinar e aprender que a RSU exige: currículos mais abertos à comunidade, docência orientada por projetos e avaliação da aprendizagem vinculada a impactos sociais mensuráveis.

A RSU pode ser entendida, do ponto de vista pedagógico, como uma política de gestão da qualidade ética da universidade, que busca alinhar seus quatro processos com sua missão, seus valores e seu compromisso social, por meio da conquista da transparência e da participação dialógica da comunidade universitária (Vallaey, 2006; 2016). Adel, Zeinhom e Younis (2021) sugerem, nesse sentido, incorporar a concepção de RSU à própria declaração de missão da universidade, alinhada à sua cultura organizacional, de modo a reforçar sua prática também na perspectiva institucional - o que, no plano pedagógico, significa que a RSU não pode ser delegada a um setor isolado de extensão, mas deve orientar o projeto pedagógico institucional (PPI) e os projetos pedagógicos de curso (PPC) como um todo.

Desafios e perspectivas da RSU no Brasil

Apesar dos avanços conceituais, permanecem desafios significativos para que a RSU se efetive como inovação pedagógica nas IES brasileiras. Lavor Filho *et al.* (2021) apontam que os processos mercadológicos e de gestão têm, muitas vezes, capturado a RSU para fins de diferenciação competitiva, esvaziando seu potencial transformador. Estudos sobre a percepção de diferentes stakeholders em IES brasileiras (discentes, docentes e técnicos administrativos) indicam, de modo recorrente, baixo conhecimento sobre o conceito e as práticas de RSU, bem como fragmentação entre as ações desenvolvidas, o que dificulta sua institucionalização como política transversal de gestão do impacto (Barbosa, 2020).

Rababah *et al.* (2021), ao analisarem a RSU em universidades de países em desenvolvimento durante a pandemia de Covid-19, defendem que sua efetivação nesses contextos permanece em estágio inicial, dependendo de três condições: uma compreensão clara do papel social moderno das universidades; uma estratégia eficaz para remover barreiras ao crescimento da responsabilidade social; e a compreensão das ações que garantem sua implementação de acordo com as especificidades da estrutura organizacional e das atividades científicas e sociais de cada instituição. Transpostas para o campo pedagógico, essas condições sugerem a necessidade de formação continuada de docentes para metodologias de ensino baseadas em projetos e problemas reais, de revisão curricular orientada pela indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e de sistemas de avaliação institucional que reconheçam a RSU como indicador de qualidade acadêmica, e não apenas administrativa.

Ainda assim, a trajetória latino-americana da RSU; da AUSJAL ao modelo URSULA, passando pela curricularização da extensão no Brasil, indica um movimento consistente de deslocamento: de uma responsabilidade social entendida como filantropia institucional para uma responsabilidade entendida como reconfiguração dos processos formativos da universidade. É nesse deslocamento que reside o potencial da RSU como inovação pedagógica.

Triangulação Teórica: RSU e Ecoinovação na Educação Superior

A articulação entre a RSU e a ecoinovação permite avançar do mero cumprimento de exigências éticas para a transformação efetiva das práticas acadêmicas. Conforme destaca Vallaeys (2018), a RSU demanda um acompanhamento rigoroso dos impactos organizacionais, educativos, cognitivos e sociais da universidade. Ao cruzar esses eixos com a ecoinovação, focada na redução contínua de danos ambientais e no desenvolvimento de soluções sustentáveis (Rennings, 2000; Motta, 2013), a instituição deixa de responder passivamente aos problemas e passa a atuar como agente ativo de mudanças no seu território.

Essa convergência ganha corpo, primeiramente, no campo pedagógico e no cumprimento de marcos regulatórios. A ecoinovação abarca transformações em processos e modelos organizacionais (Manual de Oslo, SINAES), o que, no contexto acadêmico, traduz-se em repensar currículos e práticas de ensino. Esse movimento encontra respaldo direto na curricularização da extensão (Resolução CNE/CES nº 7/2018), que obriga o estudante a interagir com demandas reais da comunidade (FORPROEX). Como observam Lavor Filho *et al.* (2021), essa conexão entre ensino, pesquisa e extensão consolida a relevância social da instituição e eleva a qualidade da formação oferecida.

Além disso, alinhar RSU e ecoinovação exige tensionar métodos tradicionais de formação. Sob a ótica da destruição criativa discutida por Foxon e Andersen (2009) a partir da lógica schumpeteriana (Schumpeter, 1988), a universidade precisa desapegar de modelos meramente expositivos e compartimentados para adotar metodologias ativas e pesquisas voltadas a desafios socioambientais concretos. Reconfiguram-se, assim, os impactos cognitivos do ensino (Vallaeys, 2018), gerando conhecimentos aplicados e inovações sociais que estimulam práticas de produção e consumo mais sustentáveis na sociedade (Drucker, 1986; Gasparin *et al.*, 2021; Adel; Zeinhom; Younis, 2021).

Essa sinergia entre RSU e ecoinovação ganha contornos práticos ao dialogar diretamente com os instrumentos de avaliação de cursos do Inep/MEC. Na matriz do SINAES/INEP, eixos como Desenvolvimento Institucional e Políticas Acadêmicas cobram indicadores específicos de responsabilidade social, extensão, sustentabilidade socioambiental e inovação no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Assim, ao triangular RSU e ecoinovação nas atividades de ensino e extensão, o curso não apenas cumpre um papel ético e transformador no território, mas também materializa as evidências exigidas pelo Inep para alcançar os conceitos de excelência nas avaliações externas.

Por fim, essa integração coloca a gestão universitária em consonância com referenciais internacionais, como as diretrizes da ISO 26000 (ISO, 2021) e os ODS da Agenda 2030 da ONU. Ao conectar o ODS 4 (Educação de Qualidade) às metas de preservação ambiental e inovação, percebe-se que a ecoinovação opera como a dimensão prática do compromisso ético assumido pela RSU. Em suma, enquanto a RSU oferece o horizonte ético, crítico e reflexivo, a ecoinovação fornece as ferramentas metodológicas e técnicas para transformar o ambiente acadêmico em um ecossistema vivo de impacto territorial.

CONSIDERANDO

12

Este estudo buscou compreender de que modo a RSU pode ultrapassar a função de mero instrumento de gestão institucional para se consolidar como uma inovação pedagógica e sistêmica no ensino superior. O percurso analítico evidenciou que, enquanto abordagens tradicionais restringem a RSU ao plano declarativo, expresso em relatórios institucionais e autodiagnósticos organizacionais (Kiszner, 2018; Vallaeys, 2018), a sua efetivação exige incidir sobre a prática didático-formativa, alterando como a universidade ensina, pesquisa e interage com o seu entorno.

A investigação aponta que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ganha corpo pedagógico a partir do marco normativo da curricularização da extensão (Resolução CNE/CES nº 7/2018) (MEC, 2018). Ao integrar a matriz curricular, a RSU deixa de ser uma atividade periférica para orientar a solução de problemas socioambientais complexos no território. Sob a perspectiva da destruição criativa (Schumpeter, 1988; Foxon; Andersen, 2009), esse movimento contesta formatos de ensino estritamente expositivos e compartimentados,

abrindo espaço para metodologias ativas e pesquisas aplicadas capazes de gerar ecoinovações (Adel; Zeinhom; Younis, 2021).

Ademais, ao articular a RSU e a ecoinovação com os instrumentos de avaliação do SINAES/INEP/MEC e os ODS da Agenda 2030, nota-se que o compromisso ético-ambiental assume duplo papel: cumpre a função social da universidade e produz evidências concretas de qualidade acadêmica nas avaliações institucionais e de curso.

Em termos metodológicos, o protocolo amparado em Minayo (2009) e apoiado por ferramentas de Inteligência Artificial confirmou a viabilidade do uso crítico de tecnologias emergentes para a triagem, codificação e mapeamento de lacunas na literatura, conferindo agilidade à leitura analítica própria das pesquisas bibliográficas.

Embora persistam entraves no cenário brasileiro, como a fragmentação das ações acadêmicas, o desconhecimento do conceito por parte da comunidade universitária e a cooptação do discurso para fins comerciais (Barbosa, 2020; Lavor Filho *et al.*, 2021), a RSU mostra-se estruturante para repensar o papel social da universidade contemporânea.

Considerando que este artigo se deteve no plano teórico-documental, recomenda-se como agenda de pesquisa a realização de estudos empíricos sobre a percepção de docentes e discentes em relação ao desenvolvimento de competências ecoinovadoras, bem como investigações sobre o impacto territorial de cursos cujas matrizes foram reformuladas à luz da extensão curricularizada e dos indicadores de RSU do SINAES/INEP.

REFERÊNCIAS

ADEL, Hebe Mohamed; ZEINHOM, Ghada Aly; YOUNIS, Raghda Abulsaoud Ahmed. From university social-responsibility to social-innovation strategy for quality accreditation and sustainable competitive advantage during COVID-19 pandemic. *Journal of Humanities and Applied Social Sciences*, 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JHASS-04-2021-0086/full/html>. Acesso em: 9 ago. 2026.

ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES CONFIADAS A LA COMPAÑÍA DE JESÚS EN AMÉRICA LATINA (AUSJAL). Políticas y sistema de autoevaluación y gestión de la responsabilidad social universitaria en AUSJAL. Córdoba: AUSJAL, 2007.

BARBOSA, Andrezza Medeiros Bayma. Responsabilidade social universitária: uma análise das ações reportadas nos PDI's e a sua divulgação nos portais eletrônicos de universidades federais brasileiras. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/56124>. Acesso em: 10 ago. 2026.

BELAYUTHAM, Sheila et al. A dual-functional social innovation process model for low-cost houses through university-enabled initiative. *Construction Innovation*, 2019. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/CI-07-2017-0062/full/html>. Acesso em: 11 ago. 2026.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; PEDRO, Rodrigo Fornalski; VARGAS, Maria Caroline. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71509904.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2026.

CHEN, Chen; VANCLAY, Frank. Transnational universities, host communities and local residents: social impacts, university social responsibility and campus sustainability. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJSHE-10-2020-0397/full/html>. Acesso em: 10 ago. 2026.

CHICHARRO, María Ángeles; CARRILLO, María Victoria; ROSA, María José Vázquez de la. Rendición de cuentas de la responsabilidad social universitaria: modelos y estándares internacionales. *Communication & Society*, v. 28, n. 4, 2015.

DAHLSTRUD, Alexander. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/csr.132>. Acesso em: 11 ago. 2026.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior: avanços e riscos. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71509904.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2026.

14

DURHAM, Eunice R. A qualidade do ensino superior. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/475>. Acesso em: 10 ago. 2026.

GASPARIN, Marta et al. Business as unusual: a business model for social innovation. *Journal of Business Research*, v. 125, p. 698-709, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296320300461>. Acesso em: 11 ago. 2026.

GOMEZ, Lina. The importance of university social responsibility in Hispanic America: a responsible trend in developing countries. In: *Corporate social responsibility and sustainability: emerging trends in developing economies*. Emerald Group Publishing Limited, 2014. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/S2043-905920140000008013>. Acesso em: 9 ago. 2026.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 26000: guidance on social responsibility. Geneva: ISO, 2021.

KISZNER, Sabrina de Farias Borba. Indicadores de responsabilidade social nas organizações: conceitos, abordagens e modelos. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171019/OK%20-%20101_00568.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 ago. 2026.

LAVOR FILHO, Tadeu et al. Responsabilidade Social da Universidade (RSU) no Brasil: uma revisão sistemática. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc/article/view/149>. Acesso em: 11 ago. 2026.

MAHDI, Omar Rabeea; NASSAR, Islam A.; ALMSAFIR, Mahmoud Khalid. Knowledge management processes and sustainable competitive advantage: an empirical examination in private universities. *Journal of Business Research*, v. 94, p. 320-334, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296318300882>. Acesso em: 9 ago. 2026.

MARTÍ-NOGUERA, Juan José; PUERTA-LOPERA, Isabel Cristina; ROJAS-ROMÁN, Piedad. Sobre a responsabilidade social das universidades. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4978/497860056002/html/>. Acesso em: 10 ago. 2026.

MARTÍ-NOGUERA, Juan-José; CALDERÓN, Adolfo-Ignacio; FERNÁNDEZ-GODENZI, Adriana. La responsabilidad social universitaria en Iberoamérica: análisis de las legislaciones de Brasil, España y Perú. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, v. 9, n. 24, p. 107-124, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2007-28722018000100107&script=sci_arttext. Acesso em: 11 ago. 2026.

MEC. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF: MEC, 2018.

MENEGAT, Jardelino; DE MARCO, Ricardo Antônio; SARMENTO, Dirleia Fanfa. Qualidade da educação superior e a responsabilidade social. *Roteiro*, v. 43, n. 1, p. 297-316, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v43i1.15136>. Acesso em: 9 ago. 2026.

MESEGUER-SÁNCHEZ, Víctor et al. Examining the research evolution on the socio-economic and environmental dimensions on university social responsibility. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 13, p. 4729, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/757824>. Acesso em: 10 ago. 2026.

RABABAH, Abedalqader et al. University social responsibility during the COVID-19 pandemic: universities' case in the BRICS countries. *Sustainability*, v. 13, n. 13, p. 7035, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/13/7035>. Acesso em: 11 ago. 2026.

RAMOS-MONGE, Elva Lizeth; LLINÀS-AUDET, Xavier; BARRENA-MARTÍNEZ, Jesús. Drivers and barriers of university social responsibility: integration into strategic plans. *World Review of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development*, v. 15, n. 1-2, p. 174-201, 2019. Disponível em: <https://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/WREMSD.2019.098475>. Acesso em: 9 ago. 2026.

URSULA. Manual de Responsabilidade Social Universitária: o modelo URSULA: estratégias, ferramentas, indicadores. Disponível em: <https://unionursula.org/publicaciones-ursula>. Acesso em: 10 ago. 2026.

VALLAEYS, François. As dez falácias da Responsabilidade Social Universitária. *Revista Digital de Investigación en Docencia Universitaria*, v. 12, n. 1, p. 34-58, 2018. DOI: 10.19083/ridu.12.716. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19083/ridu.12.716>. Acesso em: 11 ago. 2026.

VALLAEYS, François. Responsabilidade social universitária: uma definição prudente e responsável. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 2, p. 159-173, 2017. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/723>. Acesso em: 9 ago. 2026.

VALLAEYS, François. State of the art of university social responsibility: a standardized model and compared self-diagnosis in Latin America. *International Journal of Educational Management*, v. 36, n. 3, p. 325-340, 2020. DOI: 10.1108/IJEM-05-2020-0235. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJEM-05-2020-0235/full/html>. Acesso em: 10 ago. 2026.

VALLAEYS, François; ÁLVAREZ RODRÍGUEZ, Juliana. Hacia una definición latinoamericana de responsabilidad social universitaria: aproximación a las preferencias conceptuales de los universitarios. *Educación XXI*, v. 22, n. 1, p. 93-116, 2019. DOI: 10.5944/educXXI.19442. Disponível em: https://www.academia.edu/download/60350858/Arti_RSU_FV_y_Julie_Alvarez20190821-105529-1p8puu4.pdf. Acesso em: 11 ago. 2026.

VALLAEYS, François; DE LA CRUZ, Cristina; SASIA, Pedro M. Responsabilidad social universitaria: manual de primeros pasos. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, 2009. Disponível em: http://www.cyta.com.ar/biblioteca/bddoc/bdlibros/rse/334_as_manual_rsu_bid.pdf. Acesso em: 9 ago. 2026.

YEUNG, Shirley Mo-Ching. Linking ISO 9000 (QMS), ISO 26000 (CSR) with accreditation requirements for quality indicators in higher education. *Total Quality Management & Business Excellence*, v. 29, n. 13-14, p. 1594-1611, 2018. DOI: 10.1080/14783363.2017.1282310. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14783363.2017.1282310>. Acesso em: 10 ago. 2026.